

## As amarras do mercado ou salve-se quem puder

À parte decidir se pretende ou não existir, o cinema brasileiro deve escolher para si uma forma de existência: será indústria ou artesanato, apreensão do real ou distração, fato de autor ou produto?

Desde que, em 1994, o Brasil ensaiou uma retomada de sua produção, o fez sufocado pela opressão do mercado. Se leis de incentivo foram concedidas, já deixavam claro, em sua duração, qual o seu objetivo: seria preciso criar, até 2002, um cinema competitivo, capaz de enfrentar os desafios do mercado, de chamar o público a si etc. etc.

O cinema parece ter compreendido com clareza esse caráter das leis, tanto que se pôs a trabalhar nessa direção; *workshops* de roteiro, *dolly*, *steadycam*, *dolby stereo*, monitores, som direto, revelação de negativo no exterior, nada praticamente faltou para que chegássemos a uma almejada qualidade técnica.

Ou antes, talvez tenha faltado nos perguntar o que é essa idéia da técnica, até onde é justificável, a partir de quando se torna fetichizante. Ou, em outras palavras, de onde ela vem.

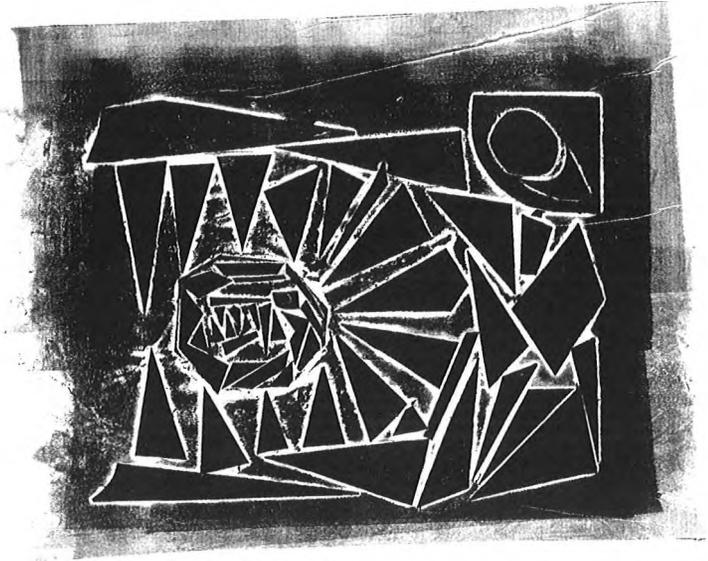
Não vem, certamente, de um movimento interior, de uma reflexão sobre seu papel, mas, mais provavelmente, de um ajuste do cinema ao imaginário existente sobre conceitos como qualidade ou aspiração dos espectadores.

### Optou-se pelo senso comum

Na falta dessa reflexão, optou-se pelo senso comum, isto é, por uma mistura de idéias feitas dos profissionais e dos investidores, que tem resultado no inflamento freqüente e estéril dos orçamentos.

Com as leis de incentivo concebidas no período mais xiita do neoliberalismo brasileiro (ou mundial), criou-se inadvertidamente um sistema de cinema único, baseado na diversão que os filmes supostamente poderiam propiciar ao espectador, mais do que na capacidade de apreender o real. O modelo americano, enfim, naquilo que o cinema americano tem de pior.

Ao mesmo tempo, e pelos mesmos motivos neoliberais, não houve nenhum movimento no sentido de prover esse "renascimento" de bases minimamente sólidas para sua modernização, nem se pensou na renovação do circuito exibidor,



que se modificou por conta própria e continua deixando as pequenas cidades ao desabrigo; não se desenvolveu nenhum trabalho no sentido de reencontrar o público popular, que, historicamente, tem sustentado o cinema brasileiro; não se implicou a televisão na produção; não se criou nenhum serviço de pesquisa e marketing que pudesse amparar realizadores e produtores; não se pensou na produção audiovisual como possivelmente o negócio mais promissor do século 21; não desenvolvemos um pensamento sobre a necessidade (ou não) de produzir imagens.

Nesses quatro ou cinco anos de funcionamento efetivo das leis de renúncia fiscal, o que conseguimos produzir foram, enfim, alguns paradoxos: um cinema de mercado que não tem mercado; uma geração de realizadores capaz, porém balizada pelos princípios mais inexecuáveis da história da cinematografia.

### Nesse barco, embarcamos todos

É patética a maneira como encaramos prêmios internacionais ou candidaturas ao Oscar: não como reconhecimento de um trabalho e de uma cultura, mas como a possibilidade quase mágica de resgate da cinematografia. Nesse barco, embarcamos todos: espectadores, jornalistas, realizadores, ministro da Cultura, presidente da República.

Nos regozijamos todos pelo aparecimento de valores

novos, como Walter Salles, Tata, Lírio, Camurati e tantos outros. Nos alegramos por ver alguns veteranos em atividade novamente. O fluxo contínuo de produções já nos permite até mesmo distinguir entre filmes “bons” e “maus”, como a coroar a ideologia da qualidade.

Mas não nos perguntamos o por quê da ausência de um Mojica, de um Candeias, ou o que aconteceu com a velha produção da Boca do Lixo. Satisfeito com seu presente, o Brasil mais uma vez esqueceu que tem um passado, uma tradição e, de certa forma, prepara o caminho de mais uma crise, à força de recalcar esse passado como se pudéssemos prescindir de uma história, como se ela não existisse, como se uma cinematografia nova em folha pudesse surgir do nada para se impor não só ao mercado interno como internacionalmente. Satisfeito com seu presente, o Brasil cinematográfico também esqueceu que tem ou pode ter um futuro.

Daí alguns paradoxos que vivemos atualmente. Resolvemos alguns problemas crônicos, como o do som inaudível, mas não nos preocupamos em saber o que isso significa. Na verdade, somos vitimados pela técnica. A voz geral, o senso comum, os jornais, os espectadores dizem que o som é ruim. Então, *qualité oblige*, nos vemos preocupados e tratamos de resolver o problema do som. Não é uma necessidade interna, de significação dos filmes, que levou a essa evolução. Pensemos no Cinema Novo, na câmera na mão: não foi o mercado quem a pediu; longe disso, foi uma concepção do que fosse o Brasil e dos recursos necessários para aproximar-se dele, para mostrá-lo. Daí uma vanguarda tecnológica. Pensemos o pós-*Novo*: a vontade de coloquializar, de filmar direto, de narrar outras histórias, de se libertar da influência européia, de postular jatos narrativos em que a vida se identificasse às imagens criadas *Endash*; tudo isso criou uma vanguarda, essa que Rogério Sganzerla definiu como a dos filmes feitos para passar nos cinemas poeira para depois serem esquecidos. Essa pretensiosa despreensão demarcava uma nova politização. Não mais um cinema com fundo político, mas um cinema diretamente político, em que a ocupação das salas se tornava tão importante quanto os próprios filmes.

### Geração bem dotada e castrada

Existe hoje algo parecido? No entanto, temos uma geração bem dotada e castrada, forçada a adequar seus projetos ao mercado, isto é, ao gosto e às necessidades dos investidores

e dos intermediários. Tal filme não será feito não porque seja desinteressante para o espectador, mas porque o tipo de imagens que propõe não coincide com a imagem que a Volkswagen ou a Petrobrás ou lá quem sejam desejam projetar de si.

Não é de espantar que não exista qualquer proposição estética nova circulando. O mercado amarra. Não existe nenhum desejo forte circulando, a não ser o de estar à altura da instituição cinematográfica.

Paradoxo final, e talvez o maior. Apesar de tudo isso, o cinema que se produz no Brasil, pode-se acusá-lo de ser um tanto endomingado, não de ser nulo ou desinteressante. Seja porque diretores veteranos ainda são capazes de contrabandar idéias, seja porque uma parte dos novos de certa forma consegue absorver essas idéias, seja porque o Brasil precisa desesperadamente de imagens, a média de nossos filmes não é desinteressante, longe disso.

Não penso que o cinema brasileiro consiga triunfar sobre essas contradições e paradoxos a médio prazo, a não ser que o Estado se dê conta da necessidade de implantar uma política cinematográfica em que a palavra diversidade tenha algum sentido, em que os circuitos atendam ao espectador dos filmes brasileiros, em que exista o cuidado de trazer esse espectador de volta às salas, em que a TV deixe de ver o cinema como inimigo e perceba-o como aliado.

Existe, é claro, responsabilidade governamental na formulação de uma política dessa natureza. Mas também convém não esquecer que isso não surge do nada, que a própria atividade precisa, antes de todos, perceber suas necessidades, implicações, importância estratégica, em vez de ter como único objetivo levantar uma verba para concluir a produção X ou para levar adiante o filme Y.

Nesse sentido, não vejo mobilização alguma. Se o governo decide dançar a dança do mercado, dança-se. E depois, quando a crise vier, empurra-se a culpa nas costas de alguém. Enquanto a catástrofe não chega, podemos até brincar de discutir tendências estéticas. A única tendência que consigo discernir, e talvez não seja propriamente estética, é a do salve-se quem puder.

Inácio Araújo  
Crítico de cinema da Folha de São Paulo